

Dos lugares: cidade e imaginário religioso

Amauri Carlos Ferreira*
Yonne Grossi**

RESUMO

Dois temas atravessam este artigo: cidade e imaginário religioso. Como pressupostos referenciais trabalha-se a problemática do espaço e dos lugares. De sua interação emerge a origem da Igreja, o contexto da formação católica brasileira e sua inscrição no campo do imaginário.

Palavras-chave: Cidade; Imaginário religioso; Espaço/lugar; História.

Era o que eu logo chamei “O ponto de vista de Deus Pai”. Para Deus Pai, um ano nem se conta, um século, um piscar de olhos. E, pouco a pouco, abaixo da história das flutuações, abaixo da história dos acontecimentos de superfície, interessei-me pela história quase imóvel, a história que se movimenta, mas que se movimenta lentamente. (Fernand Braudel)

DEUSA DA SABEDORIA, ATENA protegia a cidade com sua monumental estátua. No entanto, a estátua foi roubada. Agora, para protegê-la, a cidade só tem os gregos. O que é uma cidade? O que representa uma proteção? O mundo judaico-cristão não frequenta o panteão dos deuses. Nega o politeísmo clássico. Prostrata-se diante da *sarça ardente* para render graças ao Deus único. Por que o desamparo humano e a busca de proteção? Por que o encantamento do mundo? Como pensar a condição humana?

Dois temas atravessam este artigo: a cidade e o sagrado. Da contradição de seus possíveis, emerge a metrópole na complexidade de sua *multidão solitária*. Promessas de modernidade ali-

* Mestre (PUC-SP) e doutor (Umesp) em Ciências da Religião. Professor de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e do Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista).

** Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais – PUC Minas. Socióloga com mestrado em Ciência Política pela UFMG.

mentam sujeitos do século XX. De Nínive às formigantes capitais financeiras do mundo globalizado, as cidades representam configurações idealizadas de poder sobre o espaço físico e cultural, ou seja, sobre a natureza, o destino, a riqueza. Não um espaço físico, em que o fluxo do tempo vai se congelando em memória, capaz de resgatar passado e origem. Trata-se de um espaço que se institui a partir do modo como os sujeitos o habitam (COSTA; GONDAR, 2000). Os mesmos espaços podem desdobrar-se e se diversificarem face às conexões e contradições de suas subjetividades ali engajadas. A geometricidade espacial carece de sentido diante desse pressuposto.

Também a concepção de lugar não significa uma identidade cristalizada. Representa a materialização de relações sociais e simbólicas. Como a cidade não é uma categoria conceitual, os lugares ultrapassam seus horizontes, instituindo redes de interações e representações imaginárias. Conformam nossas relação com o ausente, ao mesmo tempo que sediam e reinventam espaços.

Valores ocupam lugares institucionais na cidade. Para os antigos, os valores seriam dados pela natureza ou por Deus. Segundo os modernos são demarcações de vontade humana, aliciando contextos sociais (TODOROV, 2005). Esta discussão, presente em parte em Adorno e Horkheimer (BENJAMIM *et al.*, 1983), pontua uma contradição da razão humana: em meio ao contínuo progresso do pensamento, persiste um sentimento de medo. O impulso à autoconservação emerge do medo mítico da perda do próprio eu, medo da destruição e da morte. Trata-se de um valor negativo que mito (religião) e ciência tentam solucionar. Seus procedimentos diferem. Inauguram lugares privilegiados, emoldurando cenários distintos. Eis porque, na cidade, atravessando tempos imemoriais, o poder do sagrado ocupa espaço e povoa imaginários.

As promessas da modernidade de que a razão iluminaria o destino do homem, de que a ciência sufocaria o seu medo de perda e destruição parecem não cumpridas. Imaginários religiosos fundamentam práticas sociais. Apaziguar o espírito não parece ser a tarefa da ciência... Desvendar mistérios ainda nos remete às mitologias, senão às utopias. Lugares exemplares de poder.

A alta modernidade abre feridas profundas na construção de sujeitos, possibilitando, às vezes, que a contemplação se trans-

forme em consumo e que o objeto mine o juízo crítico. Por outro lado, a experiência da velocidade, segundo Sennett (1997, p. 17-21), faz do espaço um lugar de passagem; a dispersão geográfica das cidades e as modernas tecnologias de entorpecimento do corpo consignam uma crucial divisão entre o presente e o passado; a liberdade individual de ir-e-vir, aliada à consolidação das metrópoles do século XIX, levou os corpos a se movimentarem sem perceber a presença dos demais. Privados do sonho, os sujeitos ligam-se, de modo precário, a interioridades interrogantes.

CIDADE, CIDADES

Para os críticos sociais, entre eles Simmel, a metrópole não seria um espaço para a utopia. Os encontros são marcados por indivíduos dilacerados, espremidos, imprensados de modo trágico entre a massificação e a singularidade. É como se os homens atravessassem pontes que os conduzem de um lado para outro, e portas que os separam e os unem a outros sujeitos. A realidade conformaria uma sucessão infinita de entradas e saídas, limites, horizontes, transcendências. E as possibilidades de redenção? Não há protótipo do ser humano. Apenas fragmento. Todos seriam fragmentos de si próprios. Mais nada?

O estar no mundo provoca desafios. Como qualificar o sentido das coisas, uma nova maneira de estar juntos? Como encontrar um discurso fundador com um mínimo inaugural, filiação a uma consciência? Sem se transmitir uma consciência herdada, a humanização é quase inimaginável. Não se trata de moral, no sentido normativo. Fala-se em *corpus* de princípios partilhados, convicções comuns, certezas admitidas, fidelidade herdada. Talvez, assim, haveria a possibilidade de se ousar o *êxodo*, assinala Guillebaud (2001). Seria possível abrir-se a outras significações articuladas à ordem social? Uma maneira de inscrição no mundo não é um lugar, tal como a cidade, o mito? Que oportunidades dormem nas dobras do presente: o equilíbrio sonoro das palavras autênticas ou as lógicas fractais de redes complexas? Ambos os campos circunscrevem horizontes, envolvem universos de significados.

Todavia, a espetacularização da cidade mercantiliza espaços e lugares, instrumentalizando grifes, logotipos, consumo. Mais

que a criação de valores e símbolos, a cultura está à venda na cidade, lembra Paola Jacques (2005). Imagens culturais singulares que identificavam as cidades, tornaram-se iguais. Há uma tendência à homogeneização das cidades. Há a perda da memória, na recente museificação das cidades. Ou seja, petrificação. Há um estímulo contínuo para se expor, até à saturação especular, espetacular. A estetização do espaço público leva à produção de simulacros para se compor bairros e fachadas. Assiste-se a uma vitalização artificial e a nova imagem urbana passa a ser usada até pelos políticos. E a memória, a cultura, inscritos no corpo e na pele dos moradores? Há uma dissonância identitária permeando sujeitos e cidade. Quanto maior o espetáculo menor está sendo a participação popular. A cidade torna-se uma mercadoria.

O que é a cidade hoje, indaga Mariza Veloso (2005). A reificação da cidade contemporânea oculta hierarquias. A fetichização do espaço público divide os sujeitos em consumidores e espectadores. Perdem-se as marcas de referência dos lugares e os corpos são formatados pela repetição da mercadoria. A história dos lugares como representação simbólica de relações se esgarça. A relação sujeito/lugar carece de problematização. Descontinuidades e fraturas silenciam as interações espaço/lugar. A *des-territorialização* dos sujeitos é uma inscrição comum, representando entrelugares.

Na esteira de Michel de Certeau, Lúcia Lippi (2005) trata as cidades como pedaços do passado, tal como a fragmentação contemporânea. No sentido de que antes eram promessas de futuro; agora respondem a imaginários congelados. Qual o rosto da cidade? A cidade como *linguagem falada* não existe mais na fala dos moradores. Conhecer a cidade é caminhar, palmilhar. Como entender estruturas sociais do que só é fragmento?

Ana Clara Ribeiro (2005) traz a reflexão para o campo de uma crise paradigmática escalar. Crise de certezas que nos atinge além da cidade. Uma crise trans e interdisciplinar. As mutações são dramáticas e positivas. As disputas são acirradas pelas frações das representações simbólicas de poder. A questão da visibilidade é um desafio numa sociedade midiática e espetacularizada. A caracterização da cidade se faz mais por leituras simbólicas. Imediatas e descartáveis, dada a *aceleração do tempo*.

Há também uma metamorfose do capital na cena de configuração da cidade: torna-se simbólico, político, protagonista. Os

próprios espaços do sagrado granjeiam trechos onde há acúmulo considerável de capital simbólico. O mesmo capital simbólico acumula-se imagetivamente. O que fazer com as fraturas simbólicas? Desafios colocam-se para a nova cidade que emerge do processo de globalização. E as interdições aos sujeitos sociais? Os espaços são de fluxos e a distribuição do capital simbólico é desigual e iníqua.

Massimo Canevacci (1998) levanta a discussão sobre a presença da liquidez dos conceitos, como parte da crise paradigmática. A flexibilidade das explicações corrói o caráter da teoria, implicativo por excelência. O autor lembra o indivíduo grego indivisível, compacto, unitário. Já o sujeito contemporâneo apresenta-se na multiplicidade de suas práticas de atravessamento, percurso, deslocamentos, trânsito, experimentos. Seu corpo se constrói de signos e símbolos. Sente uma pulsão veloz, em sentido de urgência, um risco de vida. Frequenta o mundo de maneira rápida e superficial, vazia da palavra feita de tempo, pele e presença.

Todavia, essa construção caleidoscópica, assinalada por Canevacci, demarca a existência de poderes recorrentes, que se mantêm tradicionais: o poder civil, o do trabalho e o poder da Igreja. Persistem na cidade e pela cidade. Mas, de que cidade falamos, quando esconjura a perda de sua protetora deusa Atena? Qual é o lugar do sagrado em sua configuração imagética?

IMAGINÁRIO RELIGIOSO E CIDADE

Ao se investigar a constituição do imaginário religioso de uma cidade, deparamo-nos com a afirmação de Le Goff (1994): “Os documentos que o historiador trabalha podem todos, sem dúvida, encerrar uma parte do imaginário. O imaginário do escrito não é o mesmo da palavra, do monumento, ou da imagem” (p. 13). Contudo, tentaremos articular voz e texto, com o objetivo de identificar a formação de um imaginário que se constitui historicamente, podendo exprimir paradoxos e contradições face à ação de sujeitos no mundo. Assim sendo, estamos em busca das origens na formação da cidade, de unidades de referência, ou seja, conjunto de normas e relações constituídas que se modificam com o surgimento de novas idéias, crenças, valores. Dessa forma, ao se pensar na construção de um imaginário religioso,

pode-se refletir sobre a possibilidade de se criarem concepções hegemônicas por parte de dirigentes de uma religião, ou de se interferir na concepção de mundo de sujeitos que constroem sua própria história. Essas ponderações instigam-nos a interpretar documentos escritos e orais, tentando articular a construção do imaginário religioso na cidade. Num desdobramento de sentido, Le Goff (1994) brinda-nos com uma frase lapidar: “Os historiadores que procuram o imaginário, a cidade é um objeto que vale a pena contemplar e sobre o qual vale a pena pensar” (p. 32).

Todavia, o nascimento da cidade surge como discurso mítico de uma ação humana, que viola o sagrado e instaura o profano. Na escrita divina, o fraticida Caim funda a cidade. Trata-se de um lugar do desagrado de Deus, onde o imaginário religioso se constrói. Sua ligação com o poder se constitui numa caracterização e sobreposição de melodias e harmonias, ruídos e sons, regras e improvisações cuja soma total, simultânea ou fragmentária, comunica o sentido... (CANEVACCI, 1998, p. 18).

A cidade, em sua origem mítica, traz como elemento fundador imagens que vão se constituindo à medida que o símbolo significa o ordenamento de sujeitos no mundo. Nesse sentido, a cidade como invenção dos homens, filha de Caim, conserva em seu interior uma característica básica: a representação da recusa do homem a Deus.

O episódio da cidade de Babel marca, segundo Le Goff (1994), “a vontade comunitária e construtora dos homens, esbarra no veto do senhor, que deseja manter os homens divididos para melhor impor sua vontade, para os castigar” (p. 250).

Em Sodoma e Gomorra, contempla-se o lugar do luxo e do vício. No início, as cidades não representam o desejo de Deus:

As primeiras nomeadas na Bíblia, como se sabe, acabaram mal. Salvou-se apenas um cidadão só, Lot, ainda assim, por intercessão externa e com a terrível condição de não olhar para trás. O desrespeito a tal condição petrificou sua mulher, que sucumbiu à saudade. (CALLIGARIS, 1994, p. 85)

Nos primórdios, a vida rural parece ser considerada a do agrado de Deus, pois “o código do levítico recomenda ao povo judaico que viva em cabanas e que seja o povo das tendas do templo dos patriarcas” (LE GOFF, 1994, p. 250). E Mumford, em **A cidade na história**, transforma Lot no santo protetor dos

subúrbios, por ser aquele que primeiro abandona a cidade. No entanto, segundo Le Goff (1994):

com o processo de urbanização dos hebreus, as cidades conquistadas são repartidas em tribos e surge rapidamente um novo tipo de cidade, um novo tema urbano — o das cidades de refúgio. E ao mesmo tempo as cidades privilegiadas. (...) Os livros históricos mostram uma total reviravolta na imagem maldita da cidade e sua inaudita promoção. (...) a ascensão de Jerusalém, sacerdote-rei Melquisedec, primeiro aliado urbano dos Hebreus (...) no segundo livro de Samuel e no livro dos Reis, os dois grandes reis: David, que toma a cidade e para lá transporta a Arca da Aliança, e Salomão, que lá constrói o templo e o palácio. Assim se realiza a imagem material, institucional e simbólica da cidade por excelência (...) onde se encontra a sede dos poderes: o religioso e o régio. (p. 250-251)

A cidade bíblica abre a dimensão para o urbano, que aparece nos livros sapienciais, poéticos e proféticos. Também nos Salmos, através da imagem de Jerusalém por intermédio de Sião, a colina sagrada e, em Isaías, na oposição à Babilônia. O exemplo bíblico, paradoxal da cidade, implica em sua polaridade como lugar do bem e do mal que, no Novo Testamento, apresenta a cidade de Jerusalém ligada à vida e à morte de Jesus e testemunha de quando ele chorou diante da mesma.

Nessa direção, as palavras sagradas podem despertar nos moradores da cidade encantamento ou repulsa, acomodação ou revolta, fanatismo ou apatia. Assim, como compreender a cidade em sua crença no sagrado? Se Jesus não evangelizou a cidade no seu tempo, como evangelizar a cidade no mundo contemporâneo? Que imagens sagradas são capazes de mobilizar os sujeitos da cidade? Essas indagações primeiras nos impulsionam a investigar o sagrado, face à complexidade do urbano.

A partir da reforma, a palavra sagrada, ao se inscrever de forma popular no imaginário de sujeitos, substitui os ícones adorados. No entanto, para o catolicismo, o desejo de continuidade na adoração de ícones conforma um meio de manter os fiéis na crença, mediante o culto das imagens.

A representação de Deus através da iconografia exprime, não raro, o imaginário católico no espaço de construção das cidades. Os monumentos católicos que se erigem na cidade acolhem, em seu interior, ícones que mantêm sujeitos unidos pela religião que se oficializa e se beneficia da convivência com o poder político.

Mas, se o fenômeno urbano é antigo, sua expansão no oci-

dente cristão data do século XII. E a origem de um imaginário religioso se apresenta como lugar em que as imagens de poder se formam. Porém, o nascimento da metrópole moderna e os modos de vida de seus habitantes remontam à segunda metade do século XVIII. Wille Bole (1994, p. 89) demonstra sua representação literária no *Tableau Urbano*, inaugurado como *Tableau de Paris (1781-1788)*, de Louis-Sébastien Mercier.

No século XIX, com o crescimento populacional, a história europeia passa a ser marcada pelas alterações da vida urbana. As cidades de Paris e de Londres surgem nesse cenário como objeto de pesquisa. No século XX, as formulações sobre a cidade hospedam-se em diversos ramos do saber. As ciências humanas e sociais enfocam o tema: autores como Fustel de Colanges, Max Weber, Georg Simmel e Walter Benjamin, entre outros, teorizam sobre a cidade. O fenômeno da multidão nos grandes centros e o indivíduo carente de valores e enlaçado como fragmento nas malhas urbanas têm instigado investigações, embora escassas, sobre os modos de vida e de ser na cidade. Nessa direção, a discussão sobre os modos de vida articula-se ao fenômeno urbano. Segundo Adriana Penzin (2000), “a temática dos modos de vida, presente no debate sociológico sobre cidades, acentua uma perspectiva de abordagem dos fenômenos sociais que busca vê-los em sua dimensão interior, ouvindo os sujeitos que os vivenciam” (p. 15-18). A concepção de modos de vida liga-se a L. Wirt, quando publicou, em 1938, *Urbanismo como Modo de Vida*. Nesse texto, ressalta a urbanização como um dos fatores da vida moderna, que altera a ação dos sujeitos no mundo. No entanto, Wirt, ao reconhecer a cidade como entidade social que controla a vida dos indivíduos, desconsidera o caráter autônomo da cidade e de sua significação para os sujeitos que nela vivem.

A problemática sobre modos de vida ficou bem demarcada nas ciências sociais pelo trabalho de pesquisa de Elizabeth Lobo (1992, p. 15-17) sobre a obra de Francis Godard, **Reseau Modes de Vie**.

O conceito de modos de vida que nos auxilia para a reflexão proposta é o de Penzin (2001):

Os modos de vida supõem o reconhecimento da existência de uma multiplicidade de possibilidades de experiências coletivas e individuais ... Os modos de vida seriam efeitos reveladores de uma multiplicidade de vetores históricos, econômicos, culturais e psíquicos

que se entrecruzam num dado tempo e espaço e se atualizam. Por isto mesmo, estão em constante mobilidade e permanente transformação. (PENZIN, 2001, p. 15-18)

Todavia, demarcações sobre modos de vida ainda são escassas em pesquisas desenvolvidas e para a abordagem sobre imaginário e imaginário religioso na cidade são precárias, para não dizer inexistentes. No entanto, “a cidade como ambiente construído, como necessidade histórica, é resultado da imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza (GOMES, 1994, p. 23). Num sentido bíblico, desafia Deus, pois “no princípio era o barro, e não a pedra, mas lá já estava o sonho, mesmo que fosse fruto de uma violação ao sagrado” (PESAVENTO, 1999, p. 7).

Como compreender o modo de vida urbana na perspectiva do sagrado? Como constelações de imagens sagradas sobre cidades no Brasil performam um imaginário? No Brasil, “os mistérios da fé cristã foram introduzidos pelos portugueses, não só através da intervenção do Estado, mas também, das ordens religiosas” (Id., p. 33). Apesar do catolicismo brasileiro diferir do Europeu, suas bases rurais e a utilização do excedente se assemelham. O padroado, cujas origens remontam ao século IV, exercia a função de proteção à religião católica, única permitida na colônia; em troca, reforçava o domínio do governo de Portugal.

Os reis de Portugal exerciam, nas colônias, o domínio religioso devido ao título de grão-mestre da ordem de Cristo. No entanto,

A partir do século XVI e portanto da época da descoberta do Brasil, a coleta de dízimos passa a ser feita pelo próprio rei de Portugal que, como Grão Mestre da Ordem de Cristo, devia zelar pelo bem espiritual das colônias portuguesas. (HOORNAERT, 1977, p. 163)

A formação histórica do Brasil, em sua origem religiosa, era católica de colonização portuguesa e o traçado dos centros urbanos, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1994),

... não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum método, nenhuma providência sempre esse significativo abandono que se exprime na palavra desleixo. (p. 76)

Quanto à religião, fomos conquistados catolicamente nesse projeto desordenado de cidade e a constituição do império, em

1824, estabelece que a religião católica continuará a ser a religião oficial. As outras religiões seriam permitidas, com seu culto doméstico ou particular, sem direito a templo. Nesse sentido, percebe-se que as cidades brasileiras possuem como referência histórica os templos católicos, tendo em vista a proibição constitucional de outros templos. Com a proclamação da República, em 15/11/1889, o governo provisório publicou um decreto estabelecendo o processo de laicização. O domínio religioso católico, numa perspectiva legal, perde algum poder mas continua com sua prática, instaurando no imaginário dos sujeitos sua aparente hegemonia.

Na gama de cidades construídas nos ideais republicanos, seria de interesse investigar a questão do imaginário religioso de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, metrópole que inaugura a modernidade que lhe dá sustento:

Tudo é pensado, planejado, ordenado, não pode haver saídas do labirinto. É necessário o resgate de outros sentidos da cidade que já nasce definida. Pensar Belo Horizonte, a primeira planejada do Brasil, é uma tentativa de retomá-la como espaço pleno de significados. (SILVA, [s.d.], p. 108)

No entanto, é na ação do *sagrado católico* que a cidade se constitui em territórios de tensões e conflitos entre a representação do poder uno e do múltiplo. O espaço da cidade é polissêmico e polifônico, alegoria de símbolos e de signos, terra de todos e de ninguém, e, na expressão de Marc Augê, o território do *não lugar*. A cidade é um espaço que abre possibilidades diversas para se instaurar representações que permitam a sujeitos, num determinado momento, conformar suas visões de mundo. Visões de mundo que aliciam atitudes e práticas possíveis de serem pesquisadas, moldando lugares na textura de espaços.

ABSTRACT

This article comprises two themes: the city and the religious imaginary, approached with basis on the concepts of space and places. From their interaction emerge the origin of the Church, the context of Brazilian catholic background and its insertion in the field of the imaginary.

Key words: City; The religious imaginary; Space/place; History.

Referências

- ALVES, Regina Helena A. de. A cidade de Minas. **Verso e Reverso**, Belo Horizonte.
- BENJAMIN, Walter *et. al.* **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1983. (Os Pensadores, 48).
- BOLE, Willi. A metrópole como medium de reflexão. In: SILVA, Márcio S (Org.). **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: Annabume, 1999.
- CALLIGARIS, Contardo. Elogio da cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- COSTA, I. T. M.; GONDAR J. (Org.). **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: Letras, 2000.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GUILLEBAUD, Jean-Claude. **A reinvenção do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1994.
- HOORNAERT, Eduardo. **História geral da Igreja na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- JACQUES, Paola. Cidade, patrimônio cultural e espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte. **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- LIPPI, Lúcia. Cidade, patrimônio cultural e espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte. **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 1999.
- PENZIN, Adriana M. Brandão. **Viver em conjunto: habitação social e modos de vida**. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RIBEIRO, Ana Clara. Cidade, patrimônio cultural e espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte. **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- TODOROV, Tzvetan. **O jardim imperfeito**. São Paulo: Edusp, 2005.

VELOSO, Mariza. Cidade, patrimônio cultural e espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte. **Sociologia e realidade**: pesquisa social no século XXI. Belo Horizonte: UFMG, 2005.